

Solto, Lula vai ao ataque contra Moro e Bolsonaro

Foram 580 dias preso, ao fim dos quais ex-presidente fez um inflamado discurso a militantes, em Curitiba. Lula atacou setores da PF, do Ministério Público e do Judiciário. O ex-juiz - e atual ministro - Sergio Moro e o presidente Jair Bolsonaro (PSL) foram citados nominalmente nas críticas. Nenhum dos dois se manifestou sobre os ataques do petista.

Política 10, 12, 13

HENRY MILLEO/AFP



POLARIZAÇÃO Acompanhado de caciques do PT, Lula voltou a criticar processo que o levou à prisão, em 2018, no caso do triplex do Guarujá e afirmou que pode voltar a percorrer o País

LIBERDADE Em seu primeiro ato após deixar a carceragem da Polícia Federal, o líder petista se colocou como o principal opositor ao presidente, faz duras críticas ao atual ministro da Justiça, responsável pela sua condenação. Hoje, estão marcadas movimentações contra e a favor do petista

De volta à política, Lula faz ataques a Bolsonaro e Moro

Agência O Globo

Ao deixar nesta sexta-feira (8) a prisão, após passar 580 dias em uma cela improvisada da Polícia Federal de Curitiba, o ex-presidente Lula (PT) centrou fogo na força-tarefa da Lava-Jato, acentuou a sua oposição ao governo do presidente Jair Bolsonaro e deu sinais de que pretende voltar ao cenário político com viagens pelo País. Poucas horas depois, o petista adotou tom mais leve em vídeo publicado nas redes sociais. Disse que quer “construir um País melhor” e que não vai “ficar falando mal” do presidente da República, que até o fechamento desta edição não havia comentado diretamente a soltura do rival político.

Condenado pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro relacionados a reformas feitas em seu benefício pela Construtora OAS em um apartamento triplex no Guarujá (SP), Lula é um dos quase 5 mil presos beneficiados por alteração da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), que agora não mais permite o cumprimento automático de pena de condenados em duas instâncias judiciais.

A defesa de Lula havia recusado a progressão de pena para o regime semiaberto, considerando que, ao aceitar, Lula estaria concordando com sua prisão. Em seu discurso, o petista disse crer que “dignidade não se compra em shopping center, em feira ou bar”, e que a sua teria sido ferida por seus acusadores. Prometeu “lutar para melhorar a vida do povo brasileiro”, que, segundo ele, “está uma desgraça”.

Há tempos numa cruzada contra a força-tarefa da Lava Jato, o petista fez ataques. “Se pegar o (Deltan) Dallagnol, o (Sergio) Moro, alguns delegados que fizeram inquérito, enfiar um dentro do outro e bater no liquidificador, o que sobrar não é 10% da honestidade que eu represento neste País” disse o ex-presidente, referindo-se aos agentes como “lado podre” de instituições que trabalharam, em seu entendimento, “para tentar criminalizar a esquerda, o PT e o Lula”.

Embora tenha citado o nome do presidente várias vezes ao longo do discurso, Lula direcionou os ataques muito mais na esfera governamental, em uma evidente demonstração de que pretende assumir o lugar de principal opositor do



MARCOS CORRÊA / DIVULGAÇÃO

SILÊNCIO Bolsonaro evitou falar sobre a saída do petista: “não vou entrar numa canoa furada”

atual governo federal. “Depois que eu fui preso, o Brasil não melhorou, o Brasil piorou. O povo está passando mais fome, o povo não tem mais trabalho, o povo está trabalhando de Uber, tá trabalhando de bicicleta para entregar pizza, tá trabalhando sem o menor respeito”, criticou.

De acordo com o IBGE, a extrema pobreza atingiu 13,5 milhões de pessoas no último ano, maior nível dos últimos sete anos. Estudo da FGV também apontou o mais longo período de aumento de desigualdade da história, com concentração de renda crescente há mais de quatro anos.

Lula agradeceu a lideranças petistas no palco e citou partidos como PSOL, PCdoB e PCO, ensaiando a reorganização de sua base política. Para o ex-presidente, o petista Fernando Haddad não foi eleito presidente no ano passado “porque a eleição foi roubada”, numa referência a suspeitas de uso de disparos massivos de mensagens de WhatsApp

pela campanha de Bolsonaro. O episódio é apurado no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Para o petista, Bolsonaro foi eleito “com base em fake news e mentira”.

O ex-presidente cumpriu a promessa feita nos últimos dias e foi ao acampamento “Lula Livre”, em frente ao prédio da polícia, para agradecer a militantes que organizaram eventos em sua solidariedade desde a prisão. A maior parte do público presente no local era integrante do MST. “Vocês não têm noção do que representaram para mim. Fiquei mais fortalecido, mais corajoso”, disse.

Neste sábado, Lula organiza um ato político no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo, mesmo local onde se entregou à PF no ano passado para cumprir a sua pena. Na fala deste sábado, deve dar mais pistas da linha política que adotará nesta nova fase e indicar como pretende encaminhar a atuação do PT.

No Recife, o Movimento Vem pra Rua prepara ato na Avenida Boa Viagem, a partir das 14h, contra a decisão do STF. Ontem, no Armazém do Campo, no bairro de Santo Antônio, grupo de apoiadores comemorou a saída de Lula da prisão da PF. “A gente teve uma vitória, a Constituição foi cumprida. A nossa luta diária teve efeito. Temos que continuar para provar a inocência dele”, disse a cabeleireira Débora Souza.

SILÊNCIO

Apesar de eleger Lula como seu principal rival político, Bolsonaro manteve silêncio em relação à libertação do ex-presidente. Nos bastidores, o presidente tem demonstrado preocupação de que qualquer manifestação sua possa ser encarada como uma afronta ao STF.

Após cumprir nesta sexta extensa agenda em Brasília e Goiânia, onde entrevistas à imprensa previstas foram canceladas, Bolsonaro conversou brevemente com um grupo de apoiadores, à noite, na porta do Palácio da Alvorada. Sem mencionar a soltura de Lula, disse responder apenas pelo que acontece no Poder Executivo e falou em “canoa furada”.

“Sou responsável por aquilo que acontece no Poder Executivo, tá ok? Eu não vou entrar numa canoa furada. Eu tenho responsabilidade perante a todos vocês”, disse o presidente, sem explicar exatamente o que seria a “canoa furada” mencionada.

Ao evitar críticas ao Supremo, o presidente seguiu a mesma linha adotada por integrantes do governo, como o ministro Sérgio Moro.

Outros adversários do petista se manifestaram nesta sexta. O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) fez um vídeo dizendo que irá se esforçar para aprovar a prisão em segunda instância, além de protestar contra a decisão do STF. “LULA não será adversário porque LULA está acabado politicamente”, escreveu. Já o vereador Carlos Bolsonaro (PSC-RJ) divulgou um vídeo do pai elogiando Moro, no evento desta sexta, e na legenda da postagem chamou de bandidos os partidos da esquerda, dizendo que o “jogo virará”.



FACCIAMIN BNCÁDIN/ESTADÃO FOTÉI IN



Esse País pode ser muito melhor na hora que ele tiver um governo que não minta tanto pelo Twitter como Bolsonaro mente. Depois que eu fui preso, o Brasil não melhorou, o Brasil piorou. O povo está passando mais fome, o povo não tem mais trabalho, o povo está trabalhando de Uber, tá trabalhando de bicicleta para entregar pizza, tá trabalhando sem o menor respeito”, disse Lula, em seu primeiro discurso após deixar a prisão



NO RECIFE Apoiadores do ex-presidente celebraram a soltura no Armazém do Campo, no bairro de Santo Antônio

Estrangeiros repercutem

Da redação, com agências

A libertação de Lula nessa sexta-feira (8) repercutiu também no cenário internacional, onde líderes e figuras de destaque usaram as redes sociais para comentar a saída do ex-presidente da prisão. A maioria antigos aliados.

Um dos primeiros a se manifestar nas redes foi o ditador da Venezuela, Nicolás Maduro. Ele comemorou a libertação de Lula através de uma publicação no Twitter.

“A verdade triunfou no Brasil! Em nome do povo venezuelano expresso minha mais profunda alegria pela libertação do meu irmão e amigo Lula, que novamente estará nas ruas para liderar causas justas para os brasileiros e as brasileiras. Viva Lula livre”, escreveu na rede social.

Na América do Sul, o presidente eleito da Argentina, Alberto Fernández, também usou o Twitter para comentar a soltura do ex-presidente brasileiro.

“Comove a fortaleza de Lula para afrontar esta perseguição (somente essa definição cabe ao processo judicial arbitrário a que foi submetido). Sua fortaleza demonstra não somente o compromisso como também a imensidade desse homem”, comentou Fernández, que pode convidar Lula para sua posse na Argentina, marcada para o dia 10 de dezembro deste ano.

A vice-presidente eleita da Argentina, Cristina Kirchner, também destacou a saída. “Cessa hoje uma das maiores aberrações do direito na América Latina: a privação ilegítima da liberdade do ex-presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva”, comentou.

Na Europa, as manifestações vieram de líderes que estão voltados mais para a esquerda. Caso da prefeita de Paris, Anne Hidalgo. Ela comemorou em um post no Twitter a libertação. “É bom saber que o ex-presidente brasileiro Luiz Inácio ‘Lula’ da Silva acaba de ser libertado. Eu o espero o mais rápido possível em Paris, onde ele é cidadão honorário”, diz a postagem. O ex-presidente francês, François Hollande, também se manifestou. “O lugar de Lula não estava na prisão. A liberdade lhe foi restaurada, eu sei que ele a colocará a serviço do Brasil”, comentou.

No Reino Unido, o comentário veio do líder do Partido Trabalhista, Jeremy Corbyn. “A prisão do ex-presidente Lula foi injusta e errada. Fico feliz que Lula esteja agora livre e poderá retomar seu trabalho como socialista comprometido e líder do Partido dos Trabalhadores. O Brasil precisa do tipo de mudança real com a qual Lula sempre se comprometeu.”

Nos Estados Unidos, o pré-candidato democrata à presidência Bernie Sanders foi quem se manifestou sobre o assunto. “Estou encantado por ele ter sido libertado da prisão, algo que nunca deveria ter acontecido em primeiro

lugar.”

Os principais jornais do mundo também repercutiram. No britânico The Guardian, a notícia foi estampada com destaque, no topo do site, com a manchete: “Ex-presidente do Brasil Lula sai da prisão após decisão do Supremo.”

No francês Le Figaro, reportagem afirma que petista foi aclamado por ativistas de esquerda e prometeu “continuar lutando” pelo povo brasileiro.

A liberdade do político foi a manchete principal dos sites dos jornais argentinos Clarín e La Nación, que repercutiram o discurso de Lula e as implicações da soltura de Lula para o país vizinho.

O The New York Times disse que, embora Lula não possa se candidatar, a sua libertação pode tumultuar a política brasileira, já que ele se coloca como um rival à esquerda do presidente Jair Bolsonaro. O jornal americano chama Lula de carismático e afirma que ele deve voltar à briga política sustentado por sua grande popularidade no Brasil.



YURI CORTEZ/AFIP

VENEZUELA Ditador Nicolás Maduro foi um dos primeiros a se manifestar



PEDRO PARDO/AFIP

ARGENTINA Presidente eleito Alberto Fernández criticou a prisão de Lula



SCOTT OLSON/AFIP

EUA Pré-candidato democrata Bernie Sanders também comentou soltura de Lula

Julgamento do sítio no dia 27

Folhapress

O Tribunal da Lava Jato marcou para o próximo dia 27 o julgamento da apelação criminal do processo do ex-presidente Lula relativo ao sítio de Atibaia. A sessão começará às 9h. A 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), em Porto Alegre, julgará primeiramente a Questão de Ordem para decidir se a ação deve ou não voltar para a fase das alegações finais com a anulação da sentença da 13ª Vara Federal de Curitiba. Caso o trâmite do processo seja mantido, a turma avança para a análise do mérito.

Na apelação, a defesa requer a absolvição do ex-presidente, alegando “inexistência e ausência de provas dos

fatos imputados”.

Se confirmada a condenação, os advogados de Lula requerem que seja reconhecida a prescrição em relação aos atos de corrupção, com consequente absolvição dos atos de lavagem, e o afastamento do dano mínimo (reparação) por ausência de provas do prejuízo sofrido pela Petrobras.

O Ministério Público Federal também apelou. A Procuradoria requer o aumento da pena com o reconhecimento de mais sete crimes de corrupção passiva referentes a contratos assinados entre a OAS e a Petrobras e entre a Odebrecht e a Petrobras, nos quais teriam sido pagas vantagens indevidas.

A Procuradoria pediu a condenação do petista por corrupção passiva

“resultante de repasse do pecuarista José Carlos Bumlai para a reforma do sítio e por mais 44 crimes de lavagem de dinheiro referentes às benfeitorias no sítio”. O processo foi liberado dia 5 de novembro pelo revisor, desembargador federal Leandro Paulsen, para a definição da data do julgamento pelo tribunal.

Lula teve a segunda condenação nos autos da Operação Lava Jato proferida no dia 6 de fevereiro deste ano. Ele foi condenado pela juíza Gabriel Hardt, da 13ª Vara Criminal Federal de Curitiba, pelos crimes de corrupção ativa e passiva e lavagem de dinheiro a 12 anos e 11 meses de reclusão e 212 dias-multa no valor de dois salários mínimos cada dia-multa.



CHRISTIAN RIZZI/ESTADÃO CONTEÚDO



O Congresso pode, de todo modo, alterar a Constituição ou a lei para permitir novamente a execução em segunda instância, como, aliás, reconhecido no voto do próprio presidente do STF, Dias Toffoli. Afinal, juízes interpretam a lei e congressistas fazem a lei, cada um em sua competência”, disse o ex-juiz da Lava Jato e atual ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro

Tramitação de PEC ainda está incerta

Agência Estado

O ex-juiz e atual ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, defendeu nesta sexta-feira (8) o direito do Legislativo de alterar a Constituição para prever a prisão após condenação em segunda instância, um dia depois de o Supremo Tribunal Federal (STF) vetar a possibilidade e abrir caminho para a soltura do ex-presidente Lula. Uma proposta sobre o tema deve ser votada na segunda-feira (11) em comissão da Câmara e, segundo o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), pode ir a votação no plenário caso seja aprovada. A medida, porém, enfrenta resistência entre lideranças partidárias no Congresso, onde cerca de um terço dos parlamentares é investigado.

“O Congresso pode, de todo modo, alterar a Constituição ou a lei para permitir novamente a execução em segunda instância, como, aliás, reconhecido no voto do próprio presidente do STF, Dias Toffoli”, disse Moro à reportagem. “Final, juízes interpretam a lei e congressistas fazem a lei, cada um em sua competência”.

Duas Propostas de Emenda à Constituição (PECs) estão em discussão, simultaneamente, na Câmara e no Senado. A que está em análise pelos deputados deve ser votada na segunda pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A data foi marcada nesta sexta pelo presidente do colegiado, Felipe Francischini (PSL-PR), após tentativas frustradas de se votar a medida antes do julgamento no Supremo.

São necessários os votos de ao menos 34 dos 66 integrantes da CCJ para a proposta ser aprovada. O texto ainda precisará passar por uma comissão especial e só então pode ir ao plenário, onde precisa do apoio de 308 dos 513 parlamentares.

Integrantes de partidos do Centrão e da oposição, porém, resistem à PEC. “Nenhuma possibilidade de passar. O pessoal que está querendo é minoria, mas no plenário não passa. É um erro porque o Supremo acabou de tomar uma decisão”, afirmou o presidente do Solidariedade, Paulinho da Força (SP). “Se isso for feito (pautar a PEC) vai ser lido como uma afronta ao PT”, disse o deputado Paulo Teixeira (PT-SP).

A chamada bancada lavajatista, porém, pressiona o presidente da Câmara a levar a proposta ao

plenário. Ontem, um grupo de 15 deputados do PSL assinou documento em que ameaça obstruir a pauta caso a medida não avance.

Questionado se a PEC será pautada no plenário após passar pelas comissões, Maia respondeu: “Acredito que sim”.

308

é o número mínimo de votos necessários para que a proposta seja aprovada na Câmara. No Senado, 49 senadores precisam apoiar a PEC.

1/3

dos congressistas são investigados na Operação Lava Jato. Ao todo, o Congresso Nacional tem 594 parlamentares eleitos

RESISTÊNCIA

No Senado, o presidente Davi Alcolumbre (DEM-AP) ainda resiste em levar adiante uma proposta no mesmo sentido. A presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Simone Tebet (MDB-MS), porém, anunciou que vai pautar uma PEC do senador Orlan (Pode-PR) para o próximo dia 20.

Dos 81 senadores, 43 já se declararam publicamente a favor da prisão em segunda instância – são necessários 49 para aprovar a PEC no plenário da Casa. O cenário demonstra que uma proposta com esse teor tem menos resistência no Senado do que em relação à Câmara.

Líderes de partidos, porém, pedem cautela. “É preciso ver como isso está funcionando em outros países. Tem gente que quer jogar para a plateia, curtir, comentar e compartilhar. Não é assim que se deve fazer lei”, afirmou o líder do PSDB, senador Roberto Rocha (MA). “Toda essa discussão aconteceu porque o Lula foi preso. Se a PEC for valer apenas para casos futuros, eu voto”, afirmou o líder do PSD, senador Otto Alencar (BA).

JUSTIÇA Prisão após condenação em segunda instância é um dos principais pilares da operação

Lava Jato continuará forte, dizem analistas

Da redação com agências

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) atinge diretamente a Lava Jato, já que a execução de pena após condenação em segunda instância é um dos pilares da operação – vista como um dos maiores instrumentos de combate à corrupção no País. Especialistas ouvidos pela reportagem, contudo, defendem o caráter jurídico da decisão e afirmam que não haverá enfraquecimento das ações da força-tarefa de Curitiba.

Por 6 a 5, o plenário do Supremo decidiu estender a liberdade de condenados em segunda instância. O voto decisivo foi do presidente da Corte, Dias Toffoli. Para o ex-ministro da Justiça Miguel Reale Júnior, a decisão foi técnica, e é natural haver divergências na interpretação de normas jurídicas. “Foi uma decisão técnica. Existe uma divergência teórica. Foi uma decisão calcada em uma análise jurídica. Essas divergências são próprias do Direito”, disse.

Para o professor de direito penal da FGV-Rio de Janeiro, Thiago Bettino defendeu a mudança de entendimento não trará insegurança jurídica ao País. “A prisão preventiva sempre existiu e continuará existindo. Qualquer pessoa que queira fugir, destruir provas e for uma ameaça, pode ser presa. Estamos falando de prender para executar pena”, afirma. “Agora, cada juiz irá avaliar cada caso. Não é todo mundo que automaticamente vai sair da prisão. Há muitas pessoas pobres que estão presas indevidamente, e a situação só é corrigida nos tribunais superiores”, completa.

Na visão do cientista político e diretor do Livres, Magno Karl, caberia ao Congresso Nacional legislar sobre o tema, além disso, a partir deste momento haverá uma cobrança maior em torno

**FORÇA-TAREFA** A Lava Jato é vista como o maior instrumento de combate à corrupção no País

Supremo decidiu por 6x5 mudar o entendimento sobre execução de pena

das próximas ações da operação. “Parece que vamos ter ajustes em relação à Lava Jato. Vamos ver algumas ações serem mais cobradas sobre o estrito ordenamento jurídico do País. As prisões preventivas deverão ser mais bem fundamentadas, e os recursos usados com mais parcimônia, para evitar que as cortes superiores tenham que revê-la”, afirma.

Para o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Pernambuco (OAB-PE), Bruno Baptista, é necessário entender que a medida em questão

não é automática, e que os brasileiros reconhecem a importância da operação. “Acredito que não haverá enfraquecimento. A decisão está tendo muita visibilidade por serem pessoas envolvidas na Lava Jato, mas existe uma grande massa de brasileiros humildes e anônimos, que estavam presas e podem ser beneficiadas com a ação”.

Questionado se a suspensão da prisão também pode estremecer as delações premiadas, o presidente da OAB-PE explica que esse tipo de mecanismo deverá ser amadurecido. “Ninguém é contrário ao combate à corrupção, mas todos querem que ele seja feito com respeito ao contraditório e à ampla defesa. Nós vimos, muitas vezes, prisões preventivas serem utilizadas como instrumentos para obrigar pessoas a fazerem delações. E isso não deve acontecer”, disse Bruno.

Na quinta-feira (7), a força-tare-

fa da Operação Lava Jato soltou nota declarando que “a decisão do Supremo deve ser respeitada; mas como todo ato judicial deve ser objeto de debate e discussão”. Além disso, ela também afirma que a decisão da Corte está em “dissonância com o sentimento de repúdio à impunidade e com o combate à corrupção”.

Nesta sexta, em Cuiabá, o ministro do STF Gilmar Mendes afirmou que a discussão sobre a prisão em segunda instância foi influenciada pela própria Lava Jato, que teria utilizado prisões alongadas contra investigados.

Gilmar disse que desde 2016, quando a Corte estabeleceu que o cumprimento de pena ocorreria após decisão em segunda instância, já se previa discutir novamente. “Eu vinha apontando esses desvios já algum tempo. Falei várias vezes em 2016, 2017, nós temos um encontro marcado com as prisões alongadas em Curitiba”.

Mais dois condenados soltos

Folhapress

No mesmo dia em que o ex-presidente Lula (PT) deixou a prisão, outros políticos presos foram à Justiça pedir o cumprimento da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) contra a prisão de condenados em segunda instância. Os dois beneficiados mais conhecidos são o ex-governador de Minas Eduardo Azeredo (recém-desfiliação do PSDB), e o ex-ministro petista José Dirceu. Ambos deixaram a cadeia na noite desta sexta-feira (8).

As duas decisões ocorrem na esteira do novo entendimento do Supremo sobre a prisão de condenados em segunda instância, definido pela Corte na quinta-feira (7).

Azeredo, que chegou a pedir desfiliação do partido este ano, está condenado a 20 anos e um mês de prisão por peculato (desvio de recurso público) e lavagem de dinheiro no escândalo conhecido como mensalão tucano, relativo a desvios de recursos públicos para financiamento de campanha em 1998.

Ele tinha sido detido em maio de 2018 e agora aguardará em liberdade seus recursos em instâncias superiores. Foi governador de Minas de 1995 a 1998 e também presidente nacional do PSDB.



PAULO LISBOA/ESTADÃO CONTEÚDO



LEO FONTES/ESTADÃO CONTEÚDO

SOLTOS Ordem de soltura de José Dirceu (em cima) foi expedida ontem. Eduardo Azeredo também já deixou a cadeia

No caso de Dirceu, detido desde maio, a ordem de soltura foi expedida por uma juíza estadual Ana Carolina Ramos, do Paraná.

Além dele e de Lula, na Lava Jato do Paraná, há ao menos

outros 11 condenados que devem ser beneficiados pelo novo entendimento do Supremo.

Danilo Pereira Júnior, o juiz federal que mandou soltar o petista, porém, considerou que não cabe a ele despachar em

todos os outros casos, já que a administração do cumprimento das penas está com juízes estaduais, inclusive de outros estados.

Os ex-tesoureiros do PT João Vaccari Neto e Delúbio Soares, que estão no regime semiaberto, peticionaram ao magistrado, e foram orientados a procurar a Justiça Estadual do Paraná. O mesmo ocorreu com Gerson Almada, ex-sócio da empreiteira Engevix, que está detido desde o ano passado.

Na Justiça de São Paulo, peticionaram ainda ontem pela soltura um irmão de Dirceu, Luiz Eduardo de Oliveira e Silva, e um auxiliar do doleiro Alberto Youssef, Waldomiro de Oliveira. Não havia despacho de libertação até a conclusão desta reportagem.

A defesa do ex-diretor da Petrobras Renato Duque, o mais longo preso da Lava Jato, detido desde 2015, peticionou por sua soltura ontem. Ele já foi condenado a penas que somam mais de cem anos de prisão e negocia há anos, sem sucesso, um acordo de colaboração com a Justiça.

O novo entendimento do STF não afeta o ex-governador do Rio Sérgio Cabral, que está detido há quase três anos, e o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (MDB). Os dois estão presos preventivamente.